

Índice

Apresentação	3
Cronologia biográfica de Euclides da Cunha	4
Memoriais e relatórios sobre a ponte. Notícias do trabalho de sua reconstrução e notas sociais do jornal “O Rio Pardo”	17
Os amigos de Euclides em São José do Rio Pardo	22
A ponte de Euclides	24
<i>Os Sertões</i> para principiantes: síntese de suas três partes	31
Trechos de algumas crônicas do autor, publicadas em “Gazeta do Rio Pardo”, em 1982 e 1983, referentes à vida e à obra de Euclides da Cunha	37
Fotos das capas de <i>Os Sertões</i> , traduzido em vários países, expostos na Casa Euclidiana	41

Capa:

Criação: Rodolpho José Del Guerra.

Arte final: Eurípedes Antônio Pereira.

Detalhe da efígie de bronze (oferta do Jornal “O Estado de S. Paulo”), fixada na pedra da Herma.

Patrocínio:

Centro Cultural Ítalo-Brasileiro

Companhia Paulista de Energia Elétrica

Cronologia biográfica de Euclides da Cunha

1866

Janeiro, 20. Euclides da Cunha nasceu na fazenda Saudade, no arraial de Santa Rita do Rio Negro (hoje, Euclidelândia), em Cantagalo (RJ), filho de Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha e Eudóxia Moreira da Cunha.

1869/1870

A mãe morreu tuberculosa, deixando Euclides com 3 anos e Adélia com 1. As crianças foram morar em Teresópolis, com tia Rosinda Gouveia, casada com o Dr. Urbano Gouveia, que morreu em 1870.

1870/1876

Mudaram-se, então, para São Fidélis, morando com a tia Laura Garcez, casada com o Coronel Magalhães Garcez, na fazenda S. Joaquim. Com oito anos de idade, na cidade, Euclides estudou no excelente Colégio Caldeira, do exilado político português Francisco José Caldeira da Silva.

1877/1878

O pai do aplicado aluno Euclides pretendia levá-lo para o Rio de Janeiro, para continuar os estudos nos melhores colégios. Por sugestão da avó, mudou-se para a Bahia, viajando de navio e, em Salvador, foi estudar no Colégio Bahia, do Professor Carneiro Ribeiro.

1879

Com 13 anos, voltou ao Rio, sob os cuidados do tio, Antônio Pimenta da Cunha, estudando em quatro colégios: Anglo-Americano, Vitória da Costa, Meneses Vieira e Aquino.

1883/1884

No Colégio Aquino, foi aluno de Benjamin Constant, que muito o influenciou. Escreveu no jornalzinho escolar "O Democrata", defendendo, no seu primeiro artigo, a natureza e o equilíbrio ecológico – defesa que o acompanharia pela vida, inserida nos seus artigos jornalísticos, na sua conferência "Castro Alves e seu tempo", nos seus livros: ***Os Sertões, Contrastes e Confrontos e À margem da História.*** Adolescente, ainda no Aquino, escreveu poesias numa caderneta, que intitulou "Ondas", datada de 1884, que Euclides salientava "tratar-se de obra dos quatorze anos". Euclides, segundo alguns biógrafos, poetou dos 16 aos 30 anos.

Seu pai o elogiava por ser muito bom em Matemática, com tendências para as Ciências Exatas.

1885

Com 19 anos, optando pela Engenharia, cursou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, escola cara, que não condizia com as dificuldades econômicas da família.

1886

Assentou praça na Escola Militar (Praia Vermelha), gratuita, que lhe daria, também, o título de engenheiro. Reencontrou, como professor, Benjamin Constant, integrando-se no movimento republicano.

1888

Em 4 de novembro, o ministro da Guerra, Tomás Coelho, visitava a Escola. Os alunos em forma, numa revista de mostra, "fuzis perfilados em continência nos ombros", com sabre engatado na espingarda, saudavam a autoridade monárquica. Ao passar diante do ardoroso jovem republicano, Euclides da Cunha, este atirou a arma aos pés do ministro (ou o sabre?). O fato é conhecido como "episódio do sabre". O ato de indisciplina levou o cadete à

prisão, transferido, logo depois, para o Hospital Militar do Castelo, em respeito ao laudo médico que atestava esgotamento nervoso por excesso de estudo. Diante dos juízes, o destemido Euclides confirmou sua fé republicana, sendo então transferido para a Fortaleza de São João, aguardando conselho de guerra, cujo julgamento não se realizou, pela intervenção de muitos. D. Pedro II lhe perdoou. Em 11 de dezembro, foi cancelada sua matrícula.

No final daquele 1888, o jovem Euclides estava em São Paulo. Dia 22 de dezembro, iniciou sua colaboração no jornal “A Província de S. Paulo”, escrevendo sob o pseudônimo de Proudhon (escritor francês [1809 - 1865], um dos teóricos do Socialismo que proclamou ser a propriedade privada um roubo, pregando uma revolução que igualaria os indivíduos). Colaborou até maio.

1889

Quatro dias depois de proclamada a República, em 19 de novembro de 1889, Euclides foi reintegrado na Escola Militar, graças ao empenho dos professores Rondon e Benjamin Constant. Dias depois, foi promovido a alferes-aluno.

1890

Em janeiro, matriculou-se na Escola Superior de Guerra. No mês seguinte, concluiu o Curso de Artilharia. De março a junho, teve seus artigos publicados no jornal “Democracia”, de orientação republicana. O alferes-aluno criticava o país mergulhado em interesses pessoais, opondo-se ao movimento que pretendia trazer de volta o Imperador. Atacou a imprensa católica e os programas da Faculdade de Direito, defendendo o Positivismo. Causou espanto ao apelar para a Providência Divina. Espanto, também, ao lembrar a

“feição suavíssima e humana de Cristo” e confessar não ser decidido partidário de Comte. Dia 14 de abril, foi promovido a segundo-tenente, escrevendo, neste dia, uma carta ao pai, registrando seu desencanto com os homens da República, incluindo entre eles seu ídolo: Benjamin Constant, prometendo afastar-se do jornal e de tudo mais.

Ainda em 1890, 10 de setembro, casou-se com Anna Emília Ribeiro, filha do major Frederico Solon Sampaio Ribeiro, conhecido e citado como major Solon Ribeiro. Conheceu-a na sua casa durante encontros republicanos com seu pai. Numa das visitas deixou a ela um bilhete: “Entrei aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem.”

1891

Concluiu o Curso da Escola Superior de Guerra, “de onde saiu com o título de Bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais.”

1892

Em janeiro, foi promovido a primeiro-tenente. De 29 de março a 6 de julho escreveu para o jornal “O Estado de S. Paulo”: coisas novas, como o Socialismo, estão claras em seus artigos, como o publicado em 1º de maio, cujo trecho se repete no final de “Um velho problema”, de 1904: “Para abalar a terra inteira basta-lhe um ato simplíssimo - cruzar os braços”. Em julho foi nomeado assistente de ensino técnico na Escola Militar da Praia Vermelha.

1893

Agosto. O presidente, marechal Floriano Peixoto, mandou chamar Euclides, oferecendo-lhe cargos e posições. Euclides apresentou-se com a farda de primeiro-tenente. “Veio em ar de guerra...não precisava fardar-se. Vocês aqui

entram como amigos e nunca como soldados.” - disse-lhe o marechal, declarando que Euclides tinha direito a escolher qualquer posição. “Ingenuamente”, o primeiro-tenente, com 27 anos, respondeu-lhe que desejava o que previa a lei para os engenheiros recém-formados: um ano de prática na Estrada de Ferro Central do Brasil!

Em setembro, a Marinha pretendeu depor Floriano Peixoto (Revolta da Armada).

1894

Um regime ditatorial se implantou no Brasil: prisões, suspensões de garantias, intervenções nos Estados. Os marinheiros da “Revolta da Armada” exigiam a renúncia de Floriano Peixoto. Uma bomba explodiu nas escadarias do jornal “O Tempo”. Boatos afirmavam que Solon Ribeiro, sogro de Euclides, deputado por Mato Grosso, estava preso e que seria fuzilado. Euclides interpelou Floriano, que silenciou.

O engenheiro-jornalista escreveu duas cartas, com o título “A Dinamite”, publicadas no jornal “Gazeta de Notícias”, em 18/2 e 20/2, contra as idéias aloucadas do senador João Cordeiro, do Ceará, que “pedia fuzilamento dos manifestantes presos, como vingança aos florianistas mortos.” Condenava a posição do senador, “não o desejando nem como companheiro de lutas”.

Seus artigos e sua posição trouxeram-lhe complicações. Em 28 de março, Euclides foi transferido para a pequena cidade mineira de Campanha para dirigir a construção de um quartel. Como um exilado, voltou-se para os livros, tendo sido encontrado, com anotações desse período, o “Teoria do Socialismo”, de Oliveira Martins.

1895

Em fevereiro recebeu a visita do pai, indo com ele para Descalvado. Em 28 de junho, era agregado ao Corpo do Estado-Maior de 1ª classe, depois do parecer de uma junta médica.

1896

Desencantado com a República e seus líderes, abandonou a carreira militar. Foi reformado como primeiro-tenente. Em 18 de setembro, foi efetivado na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, como engenheiro-ajudante de 1ª classe.

Foi autorizada a construção da ponte metálica em São José do Rio Pardo. GANHOU a concorrência o engenheiro Artur Pio Deschamps de Montmorency, brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, em 1858, que concluiu os estudos de Engenharia Civil na Universidade de Gand (Bélgica), em 1879, com 21 anos, “com sólidas credenciais de competência e idoneidade”. No Brasil, trabalhou com o engenheiro Ramos de Azevedo e na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Em São José, Montmorency liderou um movimento para a construção de uma pequena usina hidrelétrica, recebendo o apoio de muitos entusiasmados rio-pardenses-acionistas. Com a queda da ponte, ele foi processado e absolvido, em 1900. Dizem que, muitos anos depois, suicidou-se.

Euclides da Cunha, fiscal de obras desse distrito, veio a São José duas vezes: de 25 a 28 de agosto e em 25 de setembro.

No final de 96, já estavam prontos os dois encontros, um dos pilares, estando o outro quase pronto.

1897

A ponte metálica de São José do Rio Pardo, vinda da Alemanha, chegou em fins de fevereiro ou início de março, em três partes, para alegria dos rio-pardenses.

Os jornais de 7 de março comentaram a morte do Cel. Moreira César e o desbaratamento de 1.500 soldados pelos fanáticos do Conselheiro, que pregava contra a República.

Euclides da Cunha, preocupado com um provável movimento monarquista, escreveu dois artigos com o mesmo título: “A nossa Vendéia”, n’ “O Estado de São Paulo”, em 14 de março e 17 de julho. Nos artigos, comparou a região francesa da Bretanha (Vendée) com os sertões da Bahia, as charnecas com as caatingas, o “chouan” (insurreto da Vendéia) com o jagunço, ressaltando o mesmo objetivo: lutar contra a República para restaurar a Monarquia.

Júlio de Mesquita, diretor de “O Estado de S. Paulo”, convidou-o a seguir como repórter de guerra para Canudos, no sertão da Bahia (área limitada pelo rio São Francisco, ao Norte e Ocidente, e pelo Itapicuru, ao Sul). Tirou licença na Superintendência para “tratar de interesses”, em 1º de agosto. Aceitou o convite, seguindo a 4 de agosto, no vapor “Espírito Santo”, acompanhando a 21ª Brigada de Divisão Auxiliar. Chegou a Canudos a 16 de setembro, um vilarejo iniciado em 1893, no sertão da Bahia, numa curva do rio Vaza-Barris, hoje submerso, coberto pelas águas da represa de Cocorobó . Viu a luta desigual, a morte de amigos, a bravura dos jagunços. Canudos não era um foco monarquista, como dizia Artur Oscar: “Antônio Conselheiro era um monarquista por fanatismo. Seu monarquismo era meramente religioso, sem aderências à política.” Euclides viu o final da guerra, encerrada aos 5 de outubro. Voltou abalado, fazendo uma promessa: vingar o extermínio de

Canudos. *Os Sertões*, seu livro vingador, começava a nascer. Em janeiro de 1902, de Lorena, escreveu a Francisco de Escobar: “(...) Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida - o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha e sanguinária.”

Uma revista francesa, a “Hachette”, de Paris, na sua resenha de 1897, citou o Conselheiro como um comunista pregando o restabelecimento da Monarquia.

Euclides voltou. Na passagem pelo Rio de Janeiro, publicou no “Jornal do Comércio” o plano de um livro, “A nossa Vendéia”, com duas partes: a “natureza” e o “homem”.

Em 21 de outubro, estava em São Paulo. Dia 26, publicou o último artigo da série “Diário de uma expedição”: “O Batalhão de São Paulo”, no jornal “O Estado de S. Paulo”.

Doente, Euclides foi descansar na fazenda do pai, em Descalvado.

A ponte metálica de São José do Rio Pardo, depois da prova de resistência (Montmorency e um empreiteiro atravessaram-na num trole), foi aberta ao público, sem festas, em 3 de dezembro de 1897. (Veja “A ponte de Euclides”, à pág 25, 1.º parágrafo)

Mais festejada do que a ponte foi a inauguração da luz elétrica, no mesmo dia.

1898

Dia 18 de janeiro, o “Estado” publicou um artigo de Euclides: “Excerto de um livro inédito”, com trechos de *Os Sertões*.

Apresentou no Instituto Histórico de São Paulo um seu trabalho : “Climatologia da Bahia”, aproveitado em *Os Sertões*.

Na madrugada de 23 de janeiro de 1898, um domingo, a bela ponte metálica alemã de São José do Rio Pardo ruiu, emborcou, 50 dias depois de inaugurada. Os jornais condenaram a Superintendência de Obras e os engenheiros responsáveis. Euclides, o engenheiro-fiscal, embora em licença desde agosto de 97, sentiu-se abalado, culpado. Cinco dias depois, dia 28, estava em São José, com o diretor Gama Cochrane e o engenheiro Carlos Wolkermann. Vieram a fim de verificar “in loco” o desastre e tentar salvar a ponte metálica. Euclides pediu ao seu superior que o deixasse reconstruir aquele monumento.

Em fevereiro, Euclides já estava residindo em São José e trabalhava com afinco na desmontagem da ponte.

Dia 9 de março, Euclides solicitou o pagamento dos seus vencimentos para saldar compromissos e para as despesas da mudança e da viagem da mulher e dos dois filhos para São José do Rio Pardo.

Em março, talvez dia 14, a família já estava reunida em São José: Euclides, a esposa Anna e os dois filhos: Solon, com 6 anos, e Euclides Filho, o Quidinho, com 4. Foram morar na Treze de Maio, mas o botequim do Sílvio Dan, em frente, onde se reuniam muitos italianos para ouvir música e jogar o “jogo do morra”, acompanhado de uma gritaria infernal, perturbava. Euclides não podia escrever, nem estudar. Conta-se que certa noite, nervoso, saiu armado. Procurou o amigo intendente (prefeito) para protestar. Dias depois, Dan mudou-se para o Bonsucesso e a família Cunha mudou-se para o sobradinho de esquina da Treze de Maio com a Marechal Floriano.

Diziam, na cidade, que Anna Emília foi muito falada. Ela abominou a cidade e não perdeu oportunidades para

diminuí-la, declarando aos jornais, sem argumentos, que ***Os Sertões*** não foi escrito em Rio Pardo. Mais tarde, criticou o Grêmio Euclides da Cunha, que lhe enviava, com regularidade, os convites das festas euclidianas.

Sua filha, Judith, nascida do casamento com Dilermando de Assis, autora do livro ***Anna de Assis - História de um Trágico Amor***, escreveu: “Enquanto a mulher do fim do século se escondia na cozinha, (...) Anna de Assis foi para a sala de visitas palestrar com um Machado de Assis, um Barão do Rio Branco (...). Mulher audaz, independente, morando numa cidadezinha pequena e provinciana como São José do Rio Pardo, teria seus momentos ímpares confundidos pela mente pequena e bitolada daqueles que não enxergavam o horizonte (...). Ali naquela cidadezinha, Anna de Assis deixou a imagem de uma mulher fútil e namoradeira. Conclusão chegada porque se postava à janela e alegre e moderna, não se escondia dos homens. (...)”.

Euclides, com a família em São José, teve momentos de grande serenidade, até aceitando o seu “triste ofício de engenheiro”. Na cidadezinha, encontrou aquele recanto de paz tão procurado, que lhe permitiu concluir a obra máxima da literatura brasileira: ***Os Sertões***, o livro vingador, que defendeu “os pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha e sanguinária.”

A ponte em reconstrução ficava perto do sobradinho de esquina onde morava. Ele descia a ladeira a pé, ou a cavalo, passando o dia à beira do rio, entre operários, cálculos e ferragens, só voltando a casa à noitinha. O preto Benjamin, britador da turma, era o encarregado de pegar seu almoço, trazendo-o numa bandeja. Foi o que declarou Atílio Piovesan

ao repórter de “Gazeta do Rio Pardo”, numa entrevista publicada em 15 de agosto de 1939, cujo número, infelizmente, desapareceu da coleção. Ele falou dos operários da ponte, na maioria italianos, “fortes e rijos, vendendo saúde”, mostrando a todos que o trabalho, tão relegado por ter sido uma atividade de escravos, não era vergonha e, sim, um gerador de liberdade e progresso.

Atílio, mais tarde encarregado do vapor que movia a bomba centrífuga, citou alguns companheiros: Agostinho Rossi, encarregado do serviço dos pedreiros; Torquato Colli que, diziam, conheceu Euclides no final da Guerra de Canudos, na Bahia, reencontrando-o no trabalho da ponte; Guido Marchi ganhou do escritor seu banco tosco, que ficava na cabana, durante a limpeza do recanto para a inauguração da ponte; nos anos 30, a família Marchi o doou a municipalidade, voltando à cabana; Mateus Volota, o guarda da ponte, calabrés, de argolinha de ouro na orelha furada, era o homem de confiança do engenheiro: foi o trabalhador citado várias vezes por Euclides nas suas cartas; morreu na epidemia de febre amarela, em 1903. D’Andrea e Garibaldi Trecoli morreram afogados durante os trabalhos.

A minúscula cabana de sarrafos e zinco foi construída sob a frondosa paineira, que morreu em 1961. Era seu escritório, onde fazia cálculos, desenhava, via e revia as plantas da ponte e escrevia nos momentos de folga, dando continuidade ao seu livro...

Em fevereiro de 1898, Euclides construiu a ponte provisória, começando o desmonte da metálica tombada. Três meses depois, o jornal “O Estado de S. Paulo” deu notícias do trabalho: “(...) está concluído o serviço de

remoção da ponte do Rio Pardo. Dia 30 de maio, à 1 hora da tarde, foi retirada a última peça.”

Serviu-se cerveja aos operários e pessoas presentes. Uma passeata comemorativa percorreu as ruas da cidade. (Veja “A ponte de Euclides”, à pág. 27, 3 últimos §).

1899

Continuavam os trabalhos de reconstrução da ponte e a redação de *Os Sertões*. Na “Revista Brasileira”, foi publicado um artigo de Euclides: “A Guerra do Sertão”.

Ele terminava o seu livro, ouvindo o Chico Escobar e sendo ouvido pelos seletos amigos nas tertúlias à beira-rio, ou em sua casa. O artigo abaixo comprova o fato.

Dia 1º de junho, o jornal “O Rio Pardo” publicou “De cá para lá”, de Humberto de Queiroz, o amigo mocoquense, que assinou seu trabalho com a letra Q:

“O de cá para lá de hoje, se deveria intitular - de lá para cá - pois ele é escrito sob as agradáveis impressões, que me ficaram de um dia e uma noite, passados em São José. O dia correu alegre, variado e bom, daqui para ali, dali para aqui, faltando apenas o Mauro para que fosse melhor. O Valdomiro, o Chico, o jantar cordial e alegre do meu reverendo e respeitável amigo o bom do Oliveiros (...). / À noite, (...) foi gasta, gasta não, aproveitada em casa do dr. Euclides da Cunha, onde se reuniram ele - uma inteligência fina, sagaz e cultíssima; o dr. V. S. (Valdomiro Silveira. Este parêntese e os que se seguem são meus), adorável homem de letras; o F.E. (Francisco de Escobar) um juízo e uma ilustração ‘equilibrados, fartos e matemáticos’, mais tarde o dr. J.S. (Jovino de Sylos) jurisconsulto e poeta de renome e eu que, se nada sou, gosto de admirar o que é fino e bom de verdade, cousa rara nos tempos que correm. / Depois de uma

deliciosa palestra, a leitura não menos deliciosa de trechos de um livro, a ir para o prelo, proficientemente escrito pelo dr. E. C — a Guerra de Canudos. / O Mauro (Mauro Pacheco) não quer que a gente escreva muito, razão bastante para que eu não possa dizer tudo o que ficou de sincera admiração por esse trabalho de um valor extraordinário, por esse livro que vai em breve produzir real sensação no mundo que lê. (...) / Mococa, 25-5-1899 - Q”

1900

Dia 3 de maio, e não mais em 22 de abril, em respeito ao calendário gregoriano, foi comemorado o Quarto Centenário do Brasil. Em São José, mais de duas mil pessoas participaram da passeata, com fogos, banda e discursos dos doutores Álvaro Ribeiro, Pedro A. de Aquino, José Rodolfo Nunes e Euclides da Cunha. Foi a primeira e única vez que o engenheiro-jornalista participou de uma festa e falou em público em Rio Pardo.

Talvez, querendo mostrar-se grato ao simpático jornal que, carinhosamente, tanto o citava, escreveu um artigo, e único, para “O Rio Pardo”, intitulado “O 4º Centenário do Brasil”, que “tratava das viagens de Colombo, Vasco da Gama, de Cabral”, saudando as três nações: Itália, Portugal e Brasil. O artigo foi assinado com as letras E.C..

Dizem que em maio de 1900, o livro ***Os Sertões*** estava pronto, sendo copiado, com letra legível, pelo comerciante, calígrafo e copista José Augusto Pereira Pimenta, citado por Euclides da Cunha em carta a Escobar. Passou a limpo as tiras do livro que Euclides escrevia com garranchos, afirmando que a partir de “O estouro da boiada”, o livro foi aqui escrito, cerca de 80% da obra.

As declarações de José Honório de Sylos, que também teve em mãos as primeiras tiras, são concordes com as de Pimenta..

Em junho de 1900, o povo desceu as ladeiras para chegar ao pátio de obras e ver a ponte montada num plano, em terra firme, novinha em folha, não acreditando que era a mesma que tombara e ficara toda retorcida. Ela estava com suas medidas originais: 100,08m de comprimento, 6,60m de largura e o vão de 4,50m entre os passeios. Os visitantes admiraram, também, os fortes pilares de pedra e concluíram que era a fase final dos trabalhos.

Um mês depois, o jornal do dia 15 de julho informava que “terminou anteontem o conserto da ponte sob a inteligente e criteriosa direção do Dr. Euclides da Cunha.”

4 de novembro. “O Rio Pardo” transcreveu do jornal “Comércio de S. Paulo” um longo artigo que versava sobre a conclusão do livro “do ilustrado engenheiro Dr. Euclides da Cunha (...) sobre a dramática expedição militar do sertão da Bahia. (...) O autor, que foi testemunha presencial dos horrores que se passaram naqueles ínvios lugares, se pronuncia com independência de exposição e muito talento. Para a publicação (...) tem o Dr. Euclides da Cunha editor escolhido. Muito breve começará a impressão (...).”

(Cabe, aqui, um antecipado esclarecimento: a Editora Laemmert, do Rio de Janeiro, temerosa com insucessos, não bancou a publicação. Euclides financiou a 1ª edição, com mil volumes, pagando um conto e quinhentos. Esta edição esgotou-se em 60 dias.).

O versátil Euclides conseguiu conciliar as ciências humanas e as exatas. Escrevia, reconstruía a ponte e, ainda, dirigiu os serviços da estrada São José-Caconde (28,8 km),

terminados em novembro de 1900. Elaborou um projeto para a reforma da cadeia e, a pedido do juiz de Direito, supervisionou as atividades do agrimensor, indicado por ele, na divisão da fazenda “Açudinho”, objeto de partilha.

No final do ano, preocupado com tanto trabalho, Euclides abandonou seu *Os Sertões* para atender a um pedido do amigo Júlio de Mesquita, diretor d’ “O Estado de S. Paulo” que lhe solicitara um difícil trabalho de análise dos cem últimos anos das atividades humanas no Brasil. Dia 31 de dezembro de 1900, o último dia do século XIX, o artigo foi publicado em página inteira, com o título: “O Brasil no século XIX”.

Euclides assistiu de longe às comemorações socialistas, estardalhantes. O “Clube Socialista dos Operários”, fundado por italianos em 19 de abril de 1900, realizou a grande festa do 1º de Maio, Dia do Trabalho, dias depois, com alvorada, salva de 21 tiros, passeata, bandas e discursos no salão de honra da Sociedade Italiana. Os muitos imigrantes ombreavam-se com autoridades e pessoas de renome da sociedade local. Era a nova ordem social que se iniciava na província...

Euclides chegou a São José ainda desencantado com os homens da República, sem a rebeldia do adolescente aluno da Escola Militar, sem a ousadia do redator das duas cartas publicadas em “Gazeta de Notícias” contra o florianista senador João Cordeiro, que lhe valeu o exílio em Campanha (MG)... Na cidade da Mojiana, trabalhava na ponte e continuava a escrever seu livro.

Embora com convicções socialistas, Euclides manteve-se longe de todas as manifestações. Sua posição

ideológica em defesa do injustiçado, do oprimido e do explorado está em suas obras.

Em 9 de setembro de 1900, foi fundada uma nova instituição socialista: o “Clube Internacional - Filhos do Trabalho”. Eram seus sócios os eruditos amigos de Euclides: Francisco de Escobar, Inácio de Loyola Gomes da Silva, Mauro Pacheco... O clube manteve um curso de alfabetização de adultos.

1901

Em 1º de maio de 1901, o “Clube Socialista dos Operários” se transformou em instituto de benemerência, com novo nome: “Clube dos Operários 1º de Maio - Honra e Trabalho”.

Por informações imaginosas, sem fundamento, passadas aos biógrafos, Euclides entrou na história como socialista militante em São José, fundador do partido socialista, dirigente de desfiles, colaborador d’ “O Proletário”, autor do manifesto do Partido Socialista em 1901. E essas inverdades foram transmitidas a levas de estudantes.

Coube ao promotor público, Dr. José Aleixo Irmão, sério e incansável pesquisador, no seu livro ***Euclides da Cunha e o Socialismo*** (1960), desfazer enganos e contestá-los nas obras de Francisco Venâncio Filho, Eloy Pontes, Sílvio Rabelo, Freitas Nobre, Menotti del Picchia e de outros.

O século XX chegou encontrando ponte e livro prontos. A ponte, já com data para a inauguração: 18 de maio de 1901. O livro iria com o escritor, à procura de uma editora.

Em janeiro de 1901, Euclides foi promovido a Chefe de Distrito de Obras Públicas de São Paulo.

Dia 31 de janeiro, nasceu Manoel, o terceiro filho de Euclides, conhecido como Manoel Afonso (Afonzinho), cujo segundo nome não consta no “Livro de Nascimento” nº 14, página 120v., do Cartório de Registro Civil. Euclides, sempre ocupado, não deveria estar presente no ato, pois a declaração do nascimento e a assinatura são do Dr. Pedro Agapio de Aquino.

Dia 18 de maio, aconteceu a grande festa da inauguração da ponte. (Veja artigo “A Ponte de Euclides”, à página 29 [4 últimos §] e pág. 30). Neste dia, seu filho de quatro meses foi batizado pelo vigário José Thomaz de Ancassuerd, com um só nome: Manoel, tendo como padrinhos o dr. Álvaro Ribeiro e dona Julieta de Souza.

Estava encerrada a missão do engenheiro em São José.

Euclides, Anna, Solon, Quidinho e Manoel deixaram a cidadezinha dias depois, cidade predestinada a proteger três monumentos: a ponte e a cabana, que seriam monumentos nacionais, e a memória de Euclides, através do euclidianismo, um traço cultural que diferencia São José do Rio Pardo das demais cidades.

Com a família, Euclides deixou São José, indo para São Carlos do Pinhal, acompanhar a construção do edifício do fórum local. Em novembro, já residia em Guaratinguetá, por estar entre Rio e São Paulo.

Euclides, pobre, levava consigo o original d’ *Os Sertões*, seu pedestal para a glória.

1902

Um ano depois da inauguração da ponte, maio de 1902, de Lorena, Euclides escreve a Escobar: “Sempre

pensei estar aí no dia 18, 1º aniversário da ponte. Mas estarão você, o Álvaro, o João Moreira e o Jovino. Encaminhem-se para lá naquele dia, paguem uma cerveja (barbante) ao velho Mateus e recordem-se por um minuto do amigo agradecido ausente.”

Em outra carta do mesmo ano pedia a Escobar olhar o velho Mateus, pois soubera que seria despedido “com a próxima contradança municipal”.

Euclides fixou residência em Lorena. Em maio, recebeu da Editora Laemmert as primeiras páginas impressas do seu ***Os Sertões***.

Em junho, desapontado, responde a carta de Escobar sobre o aniversário da ponte: “(...) Iludi-me apenas num ponto: os ‘numerosos’ quatro amigos de que lhe falei antes reduziram-se a dois: você e o Lafayette. Mas estes... estou satisfeitíssimo.”

Em agosto, preocupado, Euclides escreve a Escobar exigindo-lhe resposta imediata. Soube que uma fenda num dos pilares punha em perigo a segurança da ponte. Queria confirmação. A fenda nada mais era do que um risco de colher de pedreiro.

Em outubro, na Editora Laemmert, no Rio de Janeiro, Euclides encontrou erros no seu livro. Preocupado e perfeccionista, corrigiu, com paciência monacal, com canivete e tinta nanquim, 80 erros em cada um dos mil livros da 1ª edição. (Os biógrafos divergem: a tiragem da 1ª edição seria de mil ou dois mil exemplares?).

Em dezembro (ou fins de novembro), o livro ***Os Sertões*** vem à luz, com elogios dos críticos literários. A edição esgotou-se em dois meses. Sucesso. Foram lançadas novas edições: 1903, 1904 (Euclides fez correções num

volume desta 3ª edição, com uma observação: “Livro que deve servir para a edição definitiva (4ª).” (Este volume foi encontrado só depois da sua morte e as correções, com duas mil emendas, foram feitas na 5ª edição), 1911, 1914, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927 (com prefácio), 1929. Da 6ª edição (1923) à 11ª (1929), os livros foram impressos em Paris. Em 1929, o livro *Os Sertões* voltou a ser impresso no Brasil, pela Livraria Francisco Alves, até a 27ª edição, em 1968, com revisão cuidadosa de Fernando Nery, com títulos e subtítulos à margem. O livro caiu em domínio público, hoje publicado por muitas editoras, como a da Editora Cultrix - edição didática, cotejada pelo nosso preclaro Professor Hersílio Ângelo. *Os Sertões* correu mundo, traduzido em mais de uma dezena de línguas. Com ele, São José do Rio Pardo também se projetou, muito além das suas fronteiras.

1903

Em fevereiro, estava esgotada a 1ª edição. Em julho, foi lançada a 2ª.

Em 21 de setembro, Euclides foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e, em 20 de novembro, tomou posse no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

1904

Em 15 de janeiro, o engenheiro-escritor foi nomeado engenheiro-fiscal das obras de saneamento de Santos. Pediu exoneração em 22 de abril. Em agosto, foi nomeado chefe da Comissão do Alto Purus, partindo dia 13, do Rio de Janeiro para o Amazonas, no vapor “Alagoas”. Chegou a Manaus em 30 de dezembro.

1905

Em março, reuniram-se as comissões Brasil-Peru. Em 5 de abril partiram de Manaus para as nascentes do Rio

Purus, chegando em 14 de agosto. Em outubro, a comissão regressou a Manaus, concluindo os trabalhos, em 16 de dezembro.

1906

De volta ao Rio de Janeiro, em fevereiro, Euclides entregou o relatório ao Ministério do Exterior, que só foi publicado em junho. Tornou-se adido ao Gabinete de Rio Branco.

Em 18 de dezembro, Euclides tomou posse na Academia Brasileira de Letras. Lançada em Portugal a 1ª edição de ***Contrastes e Confrontos*** (artigos publicados entre 1901-1904 nos jornais “O Estado de S. Paulo” e “O País”).

1907

Publicação de ***Peru versus Bolívia*** (oito artigos escritos para o “Jornal do Comércio”). Em 2 de dezembro, proferiu a conferência “Castro Alves e seu tempo”, no Centro Acadêmico XI de Agosto (Faculdade de Direito), de São Paulo.

1908

Trabalhos no Ministério do Exterior. Prefaciou os livros ***Inferno Verde***, de Alberto Rangel, e ***Poemas e Canções***, de Vicente de Carvalho. Reviu seu livro ***À margem da História*** (estudos sobre a Amazônia), só publicado depois da sua morte, em setembro de 1909.

1909

Maio, dias 17 e 26. Euclides prestou o concurso de Lógica do Colégio Pedro II, prova escrita e oral, classificando-se em 2º lugar (o primeiro foi Farias Brito). Foi nomeado professor em 14 de julho. Ministrou sua primeira aula dia 21 e a última em 13 de agosto.

Dia 15 de agosto, manhã de domingo chuvoso, foi assassinado por Dilermando de Assis. O destino encenou e encerrou uma história de um trágico amor.

Euclides viajou para a Amazônia, em dezembro de 1904, a serviço do Ministério das Relações Exteriores, para demarcar os limites entre Brasil e o Peru, no Acre. Ficaria um ano fora. Anna Emília e o caçula Manoel mudaram-se para a Pensão Monat, de madame Monat, à Rua Senador Vergueiro, 14. Solon e Quidinho estavam em colégios internos. Em 1905, Anna Emília, com 30 anos, conheceu, na pensão, o belo rapaz loiro, olhos claros, alto, de 17 anos, Dilermando de Assis, cadete da Escola Militar. Apaixonaram-se. A diferença de idades não foi empecilho para o nascer daquele trágico amor. Dilermando era, apenas, quatro anos mais velho do que seu amigo Solon, o primogênito do casal Cunha. Ainda em 1905, Anna, os filhos e o jovem amante mudaram-se para a casa da Rua Humaitá, 67.

Dia 1º de janeiro de 1906, Euclides desembarcou no Rio. Voltava para “as suas quatro e enormes saudades”. Anna estava grávida. Dilermando transferiu-se para a Escola Militar do Rio Grande do Sul. Euclides não poderia ter mais dúvidas da traição da esposa. Foram muitas as cartas trocadas pelos amantes. As de Dilermando iniciavam-se, sempre, com frases de carinho e ternura: “Minha nunca esquecida e queridinha S’Anninha”; “Minha adorada e sempre idolatrada esposinha”; “Adorada e saudosa esposinha”; “Perene lembrança de meu coração”; “Minh’alma que tanto adoro”...

Euclides, tuberculoso, tinha crises de hemoptise.

Nasceu Mauro, em julho de 1906, registrado como filho do engenheiro-escritor. Viveu, apenas, sete dias.

No início de 1907, Dilermando voltou de férias ao Rio. Anna, novamente, engravidou. Em novembro, nasceu Luiz, que Euclides registrou, também, como seu filho, definido-o como uma “espiga de milho no meio de um cafezal”, pelos cabelos claros e olhos azuis, que contrastavam com as características físicas de seus outros filhos.

Dilermando terminou o curso no Rio Grande do Sul, foi promovido a tenente, voltou ao Rio em 1908, indo morar com o irmão Dinorah, guarda-marinha, aluno da Escola Naval, atleta, jogador de futebol do Botafogo de Futebol e Regatas, no bairro de Piedade, subúrbio carioca.

As desavenças entre Anna e Euclides cresciam num relacionamento insustentável. Dia 14 de agosto de 1909, ela abandonou o lar, hospedando-se na casa de Dilermando.

Na manhã chuvosa do dia seguinte, 15, às 10 horas, mais ou menos, Euclides batia palmas no portão da casa 214, da Estrada Real de Santa Cruz, em Piedade, sendo recebido por Dinorah. Anna e os filhos Luiz e Solon esconderam-se na despensa. Euclides entrou. Dilermando ficou num quarto. Armado, Euclides atirou. Dinorah ficou ferido: a segunda bala se alojou na sua nuca. (O atleta, jogador de futebol, gradativamente, foi perdendo seus movimentos. Aleijado, morreu à míngua, como mendigo, suicidando-se no porto, em Porto Alegre). Dilermando recebeu tiros na virilha e no peito. Campeão de tiro ao alvo, tentou desarmar o marido traído e desequilibrá-lo, com tiros no pulso e na clavícula. Euclides dera seis tiros. A sétima bala ficou travada. Saindo da casa, o famoso homem que honrou o Brasil com seu livro e seu saber, foi atingido nas costas. Caiu. Levaram-no para

dentro. Ao filho Solon, que estava naquela casa, talvez tentando convencer a mãe a voltar ao lar desfeito, o pai moribundo disse: “Perdôo-te”. Ao desafeto, “Odeio-te”. À mulher: “Honra... Perdôo-te”.

Quando o médico chegou, Euclides da Cunha estava morto.

Dilermundo foi absolvido em 5 de maio de 1911, casando-se com Anna sete dias depois, em 12 de maio. Abandonou-a em 1926, com cinco filhos. Ela estava com 50 anos, ele, com 36.

1914

Solon, seu filho mais velho, delegado no Acre, foi assassinado numa tocaia, na floresta.

1916

Quidinho (Euclides da Cunha Filho), aspirante da Marinha, encontrou-se com o assassino do seu pai no Cartório do 2º Ofício da 1ª Vara de Órfãos, no Rio de Janeiro. Puxou a arma e feriu Dilermundo de Assis. Este o matou com três tiros, em 4 de julho de 1916.

1937

Foi editada a obra póstuma: *Canudos (Diário de uma Expedição)*.

1975

Publicação de *Caderneta de Campo*.

A PONTE DE EUCLIDES

Uma ponte resistente, que não fosse levada pelas enchentes, era velha reivindicação dos rio-pardenses.

Atrairia as safras de café da margem direita do rio e de grande parte do município de Mococa.

O projeto para sua construção foi apresentado por três senadores: Ricardo Batista, Antônio Mercado e Silva Pinto Júnior, em 28 de junho de 1892, sendo uma das justificativas a que se segue: “ (...) porque as relações de São José do Rio Pardo com o Estado de Minas Gerais são vastas (...), sendo a ponte metálica a única que convém (...)”.

O projeto tornou-se lei em 4 de agosto de 1892, autorizando o governo a construí-la.

Pelo aviso nº 345, de 16 de dezembro de 1895, a Superintendência de Obras Públicas foi autorizada a mandar construir a ponte.

Os primeiros estudos e exames geológicos foram feitos pelo engenheiro Henrique Duval, em 1892, que atestou a existência de uma rocha granítica no local escolhido para a construção da ponte.

Sobre esses estudos, em 1896, o engenheiro Heitor Georgotich apresentou nova planta e perfil, dando como existindo no fundo do rio areia, cascalho e granito. Ele projetou a ponte em três lances de 33,36 m cada um, tendo 100,08 m de comprimento, 6,60 m de largura entre as vigas principais, e 4,50 m entre os passeios. (Esta largura foi reduzida a 3,50 m, em 1985, dando passagem a um só veículo). O custo seria de 256:617\$080.

As obras foram iniciadas entre maio e junho de 1896 pelo engenheiro Arthur Pio Deschamps de Montmorency, ganhador da concorrência: um brasileiro nascido no Rio de Janeiro, em 1858, que concluiu seus estudos de Engenharia Civil na Universidade de Gand (Bélgica), em 1879, com 21 anos, “com sólidas credenciais de competência e

idoneidade.” No Brasil, trabalhou na Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e com o renomado engenheiro Ramos de Azevedo. Comprometeu-se a importar a estrutura metálica, fazer as obras de alvenaria e a respectiva montagem, mediante a importância de Rs. 207:955\$085. Em São José, liderou um movimento para a construção de uma pequena usina hidrelétrica, recebendo o apoio da população.

Euclides da Cunha, em 1896, abandonou definitivamente a carreira militar. Em São Paulo, foi trabalhar na Superintendência de Obras Públicas. Como engenheiro-fiscal de 1ª classe, veio a São José do Rio Pardo duas vezes: em agosto e setembro de 1896. Ficou em São José o engenheiro Amaro Batista, auxiliar técnico, que organizou a planta, o perfil e o orçamento dos aterros. No final de 1896, estavam prontos os dois encontros, um dos pilares, e o outro quase terminado.

Em fins de fevereiro, ou início de março de 1897, a ponte metálica, vinda da Alemanha, já se encontrava em São José.

O engenheiro Euclides não mais veio à cidade da Mogiana.

Euclides entrou em licença para “tratar de interesses”, em maio de 1897. Foi indicado para substituí-lo, no trabalho de fiscalização da ponte, o engenheiro-ajudante de 1ª classe, José Teixeira Portugal Freixo.

Em agosto, Euclides foi para Canudos (BA), como repórter do jornal “O Estado de S. Paulo”. Viu cair a Aldeia Sagrada e a morte do Conselheiro, em outubro. Abalado, voltou a São Paulo, no final de outubro, indo descansar na fazenda do pai.

A ponte rio-pardense estava pronta. A 3 de dezembro, Montmorency requereu vistoria final. Os engenheiros Portugal Freixo e F. Freitas, que vistoriaram as obras, não as receberam por não se apresentarem perfeitas.

Sem festas, o engenheiro Montmorency entregou e franqueou a ponte ao trânsito público, em 3 de dezembro de 1897.

Em 20 de dezembro, o engenheiro F. Freitas, encarregado do relatório do recebimento da ponte, examinou um pilar partido. Expediu ordens para que a ponte fosse escorada.

O empreiteiro só chegou à cidade na noite do desabamento.

Cinquenta dias depois da inauguração, à uma hora da madrugada de 23 de janeiro de 1898, a ponte desabou. Emborcou. Houve escavação num dos pilares, que rachou e cedeu à correnteza do rio, contrariando os estudos de Henrique Duval, de 1892.

O jornal “O Estado de S. Paulo”, de 25 de janeiro de 1898, severo, na seção “Notas e Informações”, criticou a Superintendência, empreiteiro e engenheiros: “(...) Trezentos contos de réis que do dia para a noite rodaram pela água abaixo!”

O “Correio Paulistano”, de 29, foi mais ameno. Comentava ter sido enviado a São José do Rio Pardo o sub-diretor de Obras Públicas, Dr. Vicente Huet Bacelar que, depois dos exames, informou o Governo a respeito. “Ontem o sr. Dr. Inácio Wallace da Gama Cochrane, diretor de Obras Públicas, conferenciou longamente com o Dr. Firmino Pinto, Secretário da Agricultura. Parece que o fracasso se deu por causa de uma escavação num dos pilares que, cedendo à

correnteza do rio, caiu levando consigo toda a superestrutura metálica e o resto das obras de cantaria. Foi aberto rigoroso inquérito na Superintendência de Obras Públicas, devendo seguir para aquela cidade o sr. Dr. Cochrane e o Dr. Euclides da Cunha. Também já se encontra em São José do Rio Pardo o construtor da ponte, Dr. Artur Pio Deschamps de Montmorency.”

Abriu-se rigoroso inquérito. Artigos sobre a ponte ruída continuaram em “O Estado de S. Paulo”, até abril.

Encerrava-se, assim, “a 1ª fase da história da ponte de São José do Rio Pardo: uma longuíssima gestação de quatro anos; ano e meio de construção; uma efêmera duração de 50 dias.”

Montmorency foi processado em 1898 e absolvido em 1900.

A RECONSTRUÇÃO

Diante do fato trágico, tentando encontrar uma solução, estavam Gama Cochrane, Euclides da Cunha e Carlos Wolkermann.

Euclides pediu ao diretor da Superintendência, Gama Cochrane, que lhe desse o trabalho de reconstrução da ponte.

Em fevereiro de 1898, Euclides já estava em São José, depois de suas idas constantes a São Paulo.

O prefeito (intendente) Francisco de Escobar, que seria seu grande amigo, conselheiro e colaborador, atendeu prontamente às reivindicações do engenheiro: transferiu o matadouro próximo, abriu caminhos e criou o pátio de obras.

Nos seus primeiros dias na cidade, Euclides, fazendo um pormenorizado relatório sobre a queda da ponte, convidou e levou à margem do rio homens íntegros da comunidade:

Álvaro Ribeiro, Francisco de Escobar, João Moreira, João Novo e José de Oliveira Leite, para testemunharem as muitas irregularidades constatadas, como trabalhos defeituosos de alvenaria, erros na montagem, rebites com diâmetros não proporcionais aos furos dilatados das chapas... (informações que constam do seu relatório, de 28 de abril, enviado à Superintendência).

Construiu a ponte provisória e começou o desmonte da metálica, tombada e retorcida, com 15 operários.

Três meses depois, o jornal “O Estado de S. Paulo” voltava a dar notícias do trabalho: “(...) está concluído o serviço de remoção da ponte do Rio Pardo. Dia 30 de maio, à 1 hora da tarde, foi retirada a última peça.”

Serviu-se cerveja aos operários e às pessoas presentes. Uma passeata comemorativa, com banda, foguetes e bandeiras de várias nacionalidades, percorreu as ruas da cidade.

Em meados de 1898, na balsa do Melchior, Euclides, com um varejão, tocava o fundo do rio, à procura de uma rocha granítica que fosse a base sólida para os novos pilares. Encontrou-a a 60 metros da primeira, a montante.

A burocracia o impedia de demolir os dois antigos pilares para lhes aproveitar o material. Tinha pressa.

Euclides “esmolava” materiais e utensílios existentes em outras repartições. Assim, vieram para São José sobras de material de uma ponte, construída em Guaratinguetá. O velho ex-marinheiro calabrês, Mateus Volota, cuidou delas. No parque da oficina havia: “1 forja portátil, 1 bigorna, 2 carrinhos, 1 forja grande móvel, 1 rebolo, 1 torno de bancada, 51 folhas de zinco velhas, 3 baldes de zinco, 3 chaves inglesas, 12 chaves fixas, cabos para picaretas, 2

machados, 1 talha automática, 3 tenazes sortidas, vários macacos, 1 bomba de mão, 500 metros de trilho Decauville, 3 vagonetes Decauville, 3 barricas de correntes e 1 barrica de parafusos, porcas e tarraxas”.

O jornal “O Rio Pardo”, iniciado em 1899, deu ampla cobertura aos trabalhos da ponte.

Dia 23 de abril de 1899, informava que os dois pilares das margens, “sólidos e elegantes”, já estavam construídos e que, brevemente, “começarão os trabalhos para edificação de 1 ou 2 pilares centrais, para o que já se acha colocado um grande caixão e uma máquina a vapor para aspirar a água, descobrindo-se o leito do rio.”

No final de abril e começo de maio de 1899, Euclides e os operários já trabalhavam dentro do caixão vazio, sobre a laje de pedra a quatro metros de profundidade, ouvindo o dominado e turbulento rio ao seu redor. Tudo pronto, antes da concretagem, conta João Modesto de Castro, o engenheiro convidou amigos para tomar uma cerveja, lá embaixo, o que aconteceu. Euclides tomou água mineral.

O jornal “O Rio Pardo”, de maio de 1899, comentou: “Concluíram-se no dia 13 do corrente, às 11 horas da noite, os trabalhos de concreto do 1º pilar da ponte sobre o Rio Pardo, depois de 6 dias e 6 noites de trabalho consecutivo.”

Em 8 de junho de 1899, Euclides acionou a polícia, abrindo inquérito policial contra um arruaceiro grupo de italianos. O italiano José Condolio, acompanhado de vários conterrâneos, todos armados, apareceu no pátio de obras querendo passar para a outra margem através da ponte provisória. As normas não permitiam tal passagem. Desrespeitaram os funcionários e o Dr. Euclides, que

chamou a polícia. Os arruaceiros puxaram os revólveres e atiraram, felizmente, não ferindo ninguém.

Dez dias depois, através do jornal, Condolio desculpou-se, dizendo que dispararam já do outro lado, “com o único fim de descarregarem os revólveres em lugar alheio à cidade”, e que não teve o menor intuito de desobedecer o delegado José Cândido de Paiva, nem de desacatar o ilustre Dr. Euclides da Cunha, que tanto respeito merecia.

Três respeitados engenheiros visitaram Euclides em São José, dia 26 de junho de 1899. Vieram realizar uma segunda vistoria para o processo do desabamento da ponte. Eram eles: Ataliba Valle, Joaquim da Silveira Braga e Ramos de Azevedo, sendo este último o projetista do Teatro Municipal de São Paulo e da primeira Matriz rio-pardense.

O segundo pilar, no meio do rio, estava sendo construído. O jornal rio-pardense, de 13 de agosto de 1899, num longo artigo, elogia Euclides: “(...) Outro que não fosse o ilustrado e operoso funcionário (...) teria desanimado, ou, então, ergueria o pilar sobre uma base falsa, como aconteceu com a primeira ponte. (...).

Em janeiro de 1900, já estavam prontos os serviços de alvenaria. As fortes chuvas deste início do último ano do século XIX fizeram rodar a ponte provisória de madeira, por onde transitavam os operários. Pouco tempo depois, estava refeita.

Em fevereiro, iniciou-se o conserto do material metálico, terminado em 17 de julho. A ponte, como nova, foi montada em terra, com suas medidas originais, iniciando-se os furos das chapas de junção. A ponte de montagem foi construída. O aterro da margem esquerda, terminado. Em 22 de julho de 1900, o jornal comentou: “Visita à ponte — O Exmo. Sr. Dr.

Antônio Cândido Rodrigues, Secretário da Agricultura, esteve ontem nesta cidade a passeio, visitando os trabalhos que estão sendo feitos na ponte metálica, sob a inteligente direção do dr. Euclides da Cunha. / Sua Excia. retirou-se levando a melhor impressão pela boa execução do trabalho que honra a engenharia brasileira na pessoa do ilustrado Sr. Dr. Euclides da Cunha.”

Ainda em julho, o Relatório do Secretário da Agricultura informava que “estavam concluídos, no dia 24 de janeiro, todos os trabalhos de alvenaria que ocuparam o ano de 1899. (...) Para o conserto das peças metálicas da ponte, construiu-se uma tenda (...). O trabalho foi iniciado no início de fevereiro e terminado em 14 de junho, quando foi consertada a última peça (...) Foram consertadas e fabricadas mais de 500 peças da ponte, em um total de 120.200 kg.”

1901. Em 16 de março, o jornal “O Rio Pardo” comentava que prosseguiram de modo animador as obras da ponte metálica. “Já estão assentadas as peças de quase um lance da ponte, continuando os serviços com bastante celeridade (...), sendo quase certo a sua inauguração em junho (...)”.

Em abril, a Câmara Municipal encomendou, em São Paulo, uma placa fundida em bronze, com dedicatória e homenagem a Euclides.

Em 27 de abril de 1901, a imprensa antecipou a notícia: “a inauguração da ponte será dia 18 de maio próximo.”

Dia 14 de maio, mais ou menos às 14 horas, a convite do dr. Euclides da Cunha, a Câmara incorporada e todo o pessoal da Intendência estavam na ponte para ver as experiências de cargas, “as quais deram o melhor resultado, não sofrendo diferença sensível, apesar da pressão de 4

carroças excessivamente carregadas. O dr. Euclides da Cunha foi muito felicitado (...)”.

Não é verdade que Euclides, aqui, repetira o gesto de Mestre Domingues, personagem de *Lendas e Narrativas*, de Alexandre Herculano, ficando sob a ponte, no momento da prova de carga, para ser esmagado, caso a ponte caísse.

A Câmara destinara a quantia de R.1:000\$000 (um conto de réis) para as festas de inauguração da ponte. Euclides, avesso a festas, preocupado com a crise e com a anômala situação econômica do país, com a superprodução do café e a queda de preços, espantou-se com o montante. Dias antes da inauguração (12 de maio), oficiou ao Legislativo, sugerindo que se aplicasse “aquela importância à remuneração de um guarda ou zelador que regularize o trânsito sobre a mesma. (...) Assim, o guarda que proponho, deve ter como missão essencial, impedir a marcha acelerada de cavaleiros ou viaturas originando movimentos vibratórios que podem, no fim de algum tempo, prejudicar a estabilidade da ponte.(...)”.

A festa foi autorizada pela Câmara que, também, atendeu à sugestão do engenheiro: criou por lei, assinada em 15 de maio de 1901, o lugar de guarda da ponte, nomeando para assumir o posto o italiano Mateus Volota (já citado anteriormente), com o ordenado mensal de 70 mil réis.

Para a festa de inauguração, o diretor da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo, dr. Inácio Wallace da Gama Cochrane, ficou hospedado na casa de Euclides. Assistiu, na manhã do dia festivo, 18 de maio, ao batizado de Manuel Afonso. Entregou a Euclides um cartão de prata com efusiva dedicatória.

À uma da tarde, autoridades e povo estavam diante da entrada da ponte, enfeitada com bandeiras. Duas bandas, a Filarmônica Italiana e a do Circo Pinho, alegravam com sons o grande espaço. O vigário da Paróquia, padre José Thomaz Ancassuerd, abençoou o monumento. Falou Cochrane “enaltecendo os méritos do engenheiro”, entregando-lhe a lembrança dos amigos e admiradores: um taqueômetro, para levantamentos topográficos. Falaram dois vereadores: Tarquínio Cobra Olyntho, anunciando a resolução da Câmara em nomear aquela via homenageando o zeloso engenheiro: Avenida Euclides da Cunha, e Jovino de Sylos, que recebeu a ponte em nome da municipalidade. Euclides, desajeitado, lacônico, agradeceu, transferindo aos operários as homenagens, abraçando o administrador Carlos Wolkermann. Em seguida, “o povo em massa atravessou a ponte ao estrugir de foguetes, som de música e aclamações”.

À noite, o povo acompanhando a banda fez justa homenagem ao competente Dr. Euclides, em frente à sua casa. Falou o Dr. Jovino de Sylos. Euclides respondeu, “historiando o caso da ponte, do desabamento à conclusão dos trabalhos que dirigira”. Todos foram convidados a uma mesa de doces.

Dr. Gama Cochrane relatou ao Secretário da Agricultura, em 20 de maio de 1901, a inauguração da ponte: “(...) Outrossim cabe-me levar ao vosso conhecimento que nela (ponte) se acham colocados quatro lampiões e um foco elétrico no arco central, oferecidos pela Câmara Municipal (...).”

Dia 27 de maio de 1901, em dois vagões da Mojiana, foi despachado o material que sobrara, pesando 7.454 kg.

Não se explica como o zeloso Euclides, ao devolver as sobras, tenha deixado intata a cabana, com algumas folhas de zinco. Teria sido por um sentimento de afeto, ou premonição de que o tosco barraco entraria como um símbolo de paz na sua biografia? Ou premonição de que o ranchinho se transformaria num dos símbolos da cidadezinha, que tão bem o acolheu, e que se tornaria um monumento nacional, a partir de 1939?

Em agosto de 1902, preocupado, escreve a Escobar exigindo-lhe resposta imediata. Soubera que uma fenda num dos pilares punha em perigo a segurança da ponte. Queria confirmação. A frincha nada mais era do que um risco de colher de pedreiro.

PINTURAS E REFORMAS

Pinturas e reformas foram feitas em 1944, 1953, 1957, 1970 e 1985.

Em 1983, o relatório do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) confirmou velha suspeita dos riopardenses: a ponte estava ameaçada pela corrosão e por uma trinca em uma de suas vigas, no vão central.

Em maio de 1985, começaram as reformas pela Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM), do Rio de Janeiro, sob o patrocínio do Departamento de Obras Públicas do Estado de São paulo, vinculado à Secretaria de Obras, em convênio com a Prefeitura de São José do Rio Pardo. Foram trocadas peças danificadas, sem prejudicar as características originais da ponte, que recebeu uma pintura especial, com aplicação de fundo anticorrosivo. Os passeios foram alargados, ficando entre eles a largura de 3,50 m, dando passagem a um só veículo. para segurança da ponte e do pedestre.

Reformada, a ponte metálica foi entregue ao público, com festas, em 28 de dezembro de 1985.

***Os Sertões* para principiantes: síntese de suas três partes**

O livro ***Os Sertões***, quase todo escrito em São José do Rio Pardo (pelo menos 75%), foi, no dizer de Euclides da Cunha, “escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante”.

É uma obra difícil: vocabulário incomum, assuntos áridos, temas científicos, necessitando-se do dicionário e de bibliografia paralela. A cada leitura que fazemos de ***Os Sertões***, descobrimos coisas novas, que passaram despercebidas na análise anterior.

N’***Os Sertões***, Euclides se mostra como cientista e artista: o cientista é o engenheiro, o bacharel em matemática, ciências físicas e naturais; o artista é o poeta, o sonhador, o estudioso sensível, “que se lançou à Escola da Praia-Vermelha”. Como cientista, ele nos informa com a precisão de um sábio versátil; como artista, ele nos convence e nos encanta com suas palavras transformadas em cores, formas, movimentos, sentimentos...

A harmonia entre a ciência e a arte faz de ***Os Sertões*** uma obra imorredoura.

Este resumo tem a finalidade de preparar o pequeno aluno e o iniciante estudioso de Euclides para a leitura da grande obra, dividida em três partes: **A Terra, O Homem, A Luta**.

I. A TERRA

Aqui, vejo Euclides como um diretor de teatro, verificando o grande palco, para apresentar sua peça brasileira. O palco é o sertão da Bahia. Localiza-o e preocupa-se com todos os detalhes do cenário, em constante mutação, com córregos e rios que secam ou transbordam; com tempestades que se formam de hora para outra e que desaparecem em minutos; com desertos que se transformam em paraíso, dando lugar à flora tropical... Analisa todos os detalhes, antes de fazer entrar em cena muitos personagens diferentes, e os soldados das quatro expedições para se iniciar a luta.

E começa o espetáculo, apresentando o planalto central nesta primeira parte do livro, com seus diferentes relevos: no sul litorâneo, as maiores altitudes; em Minas Gerais, as montanhas mais altas entram pelo interior e, caminhando para o norte, na Bahia, o aplainamento geral. Nesta região, está o sertão, com uma ondulação de montanhas baixas, limitado pelo rio São Francisco ao norte e ocidente e, ao sul, pelo rio Itapicuru.

Desconhecido e sempre evitado, esse sertão tem um solo seco, sem umidade, estéril, queimado pelas secas e um clima hostil. Euclides escreve: “(...) tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-subelevado de um mar extinto”.

Alguns rios que o cortam transbordam nas chuvas e somem nas secas, deixando, de longe em longe, algumas poças de água no seu leito. O mais importante deles é o Vaza-Barris que, numa de suas curvas, banha Canudos, rodeada de montanhas.

O clima do sertão é instável: dias tórridos e noites geladas. O ar é seco e essa secura foi descrita em “Higrômetros singulares”. Num trabalho de 1974, a

professora Célia Mariana Franchi Fernandes da Silva escreveu: “(...) os cadáveres de um soldado e de um cavalo, mortos na peleja, depois de três meses estavam ainda em perfeito estado, apenas ressequidos como múmias”.

As secas são cíclicas e assolam a região. Dizem os caboclos que se as chuvas não vierem de 12 de dezembro a 19 de março, haverá seca o ano todo.

A travessia da caatinga, com sua vegetação resistente, com suas árvores sem folhas, com espinhos e os “gravetos estalados em lanças”, é “mais exaustiva que a de uma estepe nua”. Na caatinga estão os cajuís, macambiras, caroás, favelas, juazeiros, xiquexiques..., sendo algumas dessas plantas reservatórios de água.

Quando vem a tormenta, o sertão se transforma em paraíso: ressurge a flora, com seu verde, suas flores exuberantes à beira das cacimbas. Ressurge a fauna: catitus, queixadas, emas, seriemas, sericóias, suçuaranas...

No final desta primeira parte, Euclides comenta que os sertões do norte não se enquadram em apenas uma categoria geográfica do filósofo alemão Hegel, ou seja: no verão, vestem-se de “estepes de vegetação tolhiça, ou vastas planícies áridas”; no inverno, com as chuvas, transformam-se em “vales férteis, profusamente irrigados”. No sertão, as duas categorias se apresentam numa mesma estação.

No capítulo “Como se faz um deserto”, o autor cita o homem assumindo “em todo o decorrer da história, o papel de um terrível fazedor de desertos”, através do fogo, das queimadas. E apresenta a solução: açudes, que aumentarão a evaporação e as chuvas, como fizeram os romanos em Cartago.

II. O HOMEM

Nesta segunda parte, os personagens entram em cena: jagunços, sertanejos, o Conselheiro..., isolados há séculos no sertão, o que provocou sua estagnação cultural.

Levados pelo texto, adentramos Canudos e, com a multidão, vamos participar de suas tradições, danças, desafios, e da sua religião mestiça.

Euclides da Cunha estuda a gênese, a formação do brasileiro, resultante dos cruzamentos entre o indígena, o negro e o português. Desta mistura, por muitos motivos, não resulta um tipo étnico único para o Brasil: “(...) não temos unidade de raça”.

Historicamente, os cruzamentos entre portugueses e negros se realizaram no litoral, porque o negro vinha para o trabalho escravo nos canaviais da costa brasileira. Entre portugueses e índios, realizaram-se no sertão, pois os gentios se refugiavam no agreste do interior, avessos ao trabalho, por razões culturais.

Para o estudo da formação étnica do sertanejo, Euclides estuda o povoamento das regiões banhadas pelo rio São Francisco. O sul foi povoado pelos bandeirantes; a região média, pelos vaqueiros, e o norte seco, pelas missões jesuíticas.

As cidades que margeiam o sertão de Canudos são originárias de missões e aldeamento de índios, como atestam seus nomes: Panibu, Patamoté, Uauá, Bendegó, Cumbe, Jeremoabo.... Seus habitantes resultam de cruzamentos, com predominância do índio sobre o branco e sobre o negro.

Isolados pelo deserto, sua mestiçagem foi uniforme. Embora a mistura de raças diferentes seja prejudicial, os sertanejos formaram uma raça forte.

O isolamento de um povo fortalece a espécie, mas é fator determinante da estagnação cultural, provocando o atraso, o conservadorismo, a igualdade de pensar, de sentir, de agir... O isolamento torna-o retrógrado, mas não degenerado.

(Abro parênteses para esclarecer que não só Euclides foi criticado por erros como os que se seguem: os males do cruzamento, o esmagamento total das raças fracas... Outros autores o foram. Euclides se baseava na teoria racial do final do século XIX, que afirmava ser a raça branca sinônimo de progresso, condenando a miscigenação...)

“O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços do litoral. A sua aparência, entretanto, (...) revela o contrário. (...) É desengonçado, torto. (...) Reflete a preguiça invencível, (...). Basta o aparecimento de qualquer incidente (...) transfigura-se. (...) reponta (...) um titã acobreado e potente (...) de força e agilidade extraordinárias.” Vestiu-se de couro, protegendo-se dos espinhos da caatinga. É vaqueiro. Sua cultura respeita antiquíssimas tradições. Torna-se um retirante, expulso pela seca cíclica, mas retorna sempre ao sertão.

Sua religião, como ele, é mestiça. O catolicismo atrasado se mistura aos candomblés do índio e do negro e se enche de superstições, crendices e temores medievais, conservados pelo isolamento, desde a colonização. Ele é crédulo, supersticioso, e se deixa influenciar por padres, pastores e falsos profetas...

Neste ambiente, surgiu Antônio Conselheiro, que absorveu as crenças do seu meio. Fixou-se em Canudos com seus seguidores, que acreditavam na certeza de ir para o céu se mortos em combate, defendendo uma causa sagrada.

O Conselheiro, Antônio Vicente Mendes Maciel, nasceu em Quixeramobim, no Ceará. Trabalhou com o pai comerciante, que morreu ao se desentender com os Araújo, seus inimigos. Depois dos casamentos das irmãs, ele se casou e logo se desiludiu com a traição da companheira. Envergonhado, mudou-se, sem se fixar: Sobral, Campo Grande, trabalhando como caixeiro e escrivão de juiz. Em Ipu, fugiu-lhe a mulher, acompanhando um soldado. Em Paus Brancos, alucinado, feriu um seu parente que o hospedara...

Desapareceu. “Morrera por assim dizer”.

Reapareceu dez anos depois, nos sertões de Pernambuco e em Itabaiana (SE), em 1874, impressionando os sertanejos: alto e magro, barba e cabelos desgrenhados e longos, túnica de brim americano azul, com uma corda na cintura, sandálias, alforje e chapéu de couro, ele pregava nos povoados uma doutrina confusa, que se misturava às rezas de dois catecismos que carregava: “Missão Abreviada” e “Horas Marianas”. Pregava o fim do mundo, a preparação para a morte, a penitência... A multidão o seguia, sem que ele a convocasse. Fazia prédicas e profecias, casamentos e batizados, reconstruía igrejas, muros de cemitérios... O clero o tolerava e o procurava, deixando-o pregar, até mesmo contra a República, que interveio em áreas regidas pela tradição e reservadas à religião. Como aumentasse seu ataque, a Igreja tentou interrompê-lo.

Em Bom Conselho, reuniu o povo num dia de feira e queimou as tábuas dos impostos, discordando das leis republicanas do governo de Satanás. O acontecimento repercutiu e a polícia reagiu. Perseguido, o Conselheiro tomou a estrada de Monte Santo, defrontando-se com a tropa

em Maceté. Os 30 praças armados atacaram. Os jagunços os desbarataram.

O Conselheiro - conhecedor do sertão - e seus seguidores tomaram o rumo norte. Chegaram a Canudos, em 1893, uma fazenda abandonada, à margem do rio Vaza-Barris. “Era o lugar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito” (...) “O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas”, sem ordem, sem ruas: um verdadeiro labirinto, com casas de pau-a-pique, habitadas por uma população multiforme, de sertanejos simples, beatas, ricos proprietários que abandonavam tudo em busca da salvação e por bandidos ali protegidos, que respeitavam as regras: rezar e fazer sacrifícios para alcançar a vida eterna. A igreja, uma fortaleza, a mais importante obra do Conselheiro, estava diante da praça. Euclides descreveu a lei mantida por facínoras, as rezas, os sermões, as danças, o dia-a-dia do aglomerado e os tipos fascinantes dos heróis: João Abade, Pajeú, João Grande, Vila Nova, Chico Taramela, Macambira, Beatinho...

Antônio Conselheiro pregava contra a República, contra o governo do Anti-Cristo e da lei do cão. “Mas não traduzia o mais pálido intento político”. Os jagunços, “rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa”, não conseguiam diferenciar a República da Monarquia.

(Abro um novo parêntese: Algumas mudanças da nova ordem respingavam no sertão: separação Igreja-Estado, obrigatoriedade do casamento civil, cobrança de impostos pelos Estados... : coisas incompreensíveis para os sertanejos).

E o povo versejava e cantava:

“Casamento vão fazendo/ Só pro povo iludir/ Vão casar o povo todo/ No casamento civil”.

“Visita nos vem fazer/ Nosso rei D. Sebastião/ Coitado daquele pobre/ Que estiver na lei do cão”.

“Eram, realmente, frágeis, aqueles pobres rebelados...”

“Requeriam outra reação. Obrigavam-nos a outra luta.”

“Entretanto enviamos-lhes (...) a bala”.

III. A LUTA

Os caminhos e montanhas que volteavam Canudos estavam fortificados.

O Conselheiro reinava naquela comunidade, dormindo sobre tábuas, pregando, alimentando-se com farinha..

Em outubro de 1896, o juiz de Juazeiro (BA) recusou-se a entregar a madeira encomendada para a construção da igreja nova de Canudos. O Conselheiro ameaçou invadir a cidade. Foi pedido reforço ao governo.

1ª Expedição. Em novembro de 1896, foi enviada uma pequena expedição, com 104 soldados, comandados pelo Ten. Pires Ferreira. Dia 21, os jagunços os encontraram em Uauá. A tropa retrocedeu, atacada com facões, bacamartes e agulhões de vaqueiro, e apavorada com os gritos e vivas dos conselheiristas.

Foi o prelúdio da guerra sertaneja.

2ª expedição. O major Febrônio de Brito comandou essa expedição, com 543 soldados, 14 oficiais e 3 médicos, saindo de Monte Santo, em 12 de janeiro de 1897. Sem conhecer a guerra nas caatingas, a tropa foi inesperadamente atacada na estrada que atravessa a Serra do Cambaio. O sertanejo atraía os soldados para a caatinga, que os feria, exaurindo-os. A munição acabava, obrigando a tropa a voltar

a Monte Santo. Apesar de 415 jagunços mortos, este segundo insucesso militar provocou impacto nacional.

3ª Expedição. Partiu do Rio de Janeiro, com 1.300 homens, em 3 de fevereiro de 1897, comandada pelo Cel. Moreira César. Dia 2 de março, sem um plano tático, a tropa entrou e atacou o arraial, perdendo-se naquele labirinto. Moreira César foi mortalmente ferido, com duas balas, morrendo no dia seguinte. Foi substituído pelo Coronel Pedro Nunes Tamarindo. A tropa fragmentou-se, dispersou-se, debandou em pânico, desfazendo-se de armas e munições, recolhidas pelos jagunços. O corpo de Moreira César foi jogado no caminho. Quando atravessava o córrego de Angico, querendo conter seus homens, o Cel. Tamarindo foi morto. Morreu, também, o comandante Cap. José Agostinho Salomão da Rocha. Comoção nacional. “A República estava em perigo”.

4ª Expedição. Sob o comando do General Artur Oscar, organizaram-se, em 5 de abril de 1897, as forças dessa expedição: 4 brigadas em 2 colunas, com 4.283 soldados. Com roteiros diferentes, as duas colunas encontrar-se-iam em Canudos.

A 2ª coluna, comandada pelo general Cláudio do Amaral Savaget, com 2.350 homens, partiu de Jeremoabo (SE), em 16 de junho, chegando a Canudos pela Serra de Cocorobó, ao norte, onde venceu os jagunços.

A 1ª coluna, comandada pelo General Artur Oscar Andrade Guimarães, seguiu pelas estradas de sempre, partindo de Monte Santo (BA), em 19 de junho, com 1.933 soldados. Foi atacada no Morro da Favela. Depois de insucessos e ataques, juntou-se à 2ª coluna.

Os sertanejos foram encurralados em Canudos, resistindo à superioridade de homens e armamentos, sob os tiros da matadeira (canhão) e de dinamites.

Faltaram víveres aos soldados. Para alimentá-los, muitas rezes e cavalos foram mortos na região. Logo, o Ministro da Guerra, Carlos Machado Bittencourt, os abasteceu.

Completo-se o cerco de Canudos, com jagunços enfrentando fome e sede, bombardeios e incêndios.

Dia 22 de setembro de 1897, uma disenteria quase dizimou os fiéis, matando Antônio Conselheiro. Os sobreviventes defendiam a Aldeia Sagrada.

Caiu Canudos, em 5 de outubro de 1897, “ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (...) No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas. (...)”

“Antes, no amanhecer daquele dia, comissão adrede escolhida descobrira o cadáver de Antônio Conselheiro. (...) Desenterraram-no cuidadosamente. Dádiva preciosa (...) ! Fotografaram-no depois. (...)”. Cortaram-lhe a cabeça. “Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. (...) Ali estavam (...) as linhas essenciais do crime e da loucura...”

Fontes

Cunha, Euclides da. *Os Sertões*

Cunha, Euclides da. *Obra Completa*. Volumes I e II.

Andrade, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de “Os Sertões”*

Brandão, Adelino. *Paraíso Perdido - Euclides da Cunha / Vida e Obra*

Aleixo Irmão, José. *Euclides da Cunha e o Socialismo*

Venâncio Filho, Francisco. *A Glória de Euclides da Cunha*

Venâncio Filho, Francisco. *Euclides da Cunha a seus Amigos*

Assis, Judith de. *Anna de Assis - História de um Trágico Amor*

Revista “*Dom Casmurro - Euclides da Cunha*”

Jornais: “O Rio Pardo”,

“O Progresso”,

“Gazeta do Rio Pardo”,

“Resenha”,

“O Estado de S, Paulo”.

Célia Mariana Franchi Fernandes da Silva. “Visão de conjunto e encadeamento das partes de Os Sertões”. “Gazeta do Rio Pardo”. São José do Rio Pardo. 9. 8. 1975.

Dr. Antônio Rodrigues da Gama. Conferência na Semana Euclidiana de 1953: “A ponte de São José do Rio Pardo”.

Relatório do Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Dr. Antônio Cândido Rodrigues (1900).

Livro de Batismo da Igreja Matriz de São José do Rio Pardo (1901).

Livro de Nascimento do Cartório de Registro Civil de São José do Rio Pardo (1901).